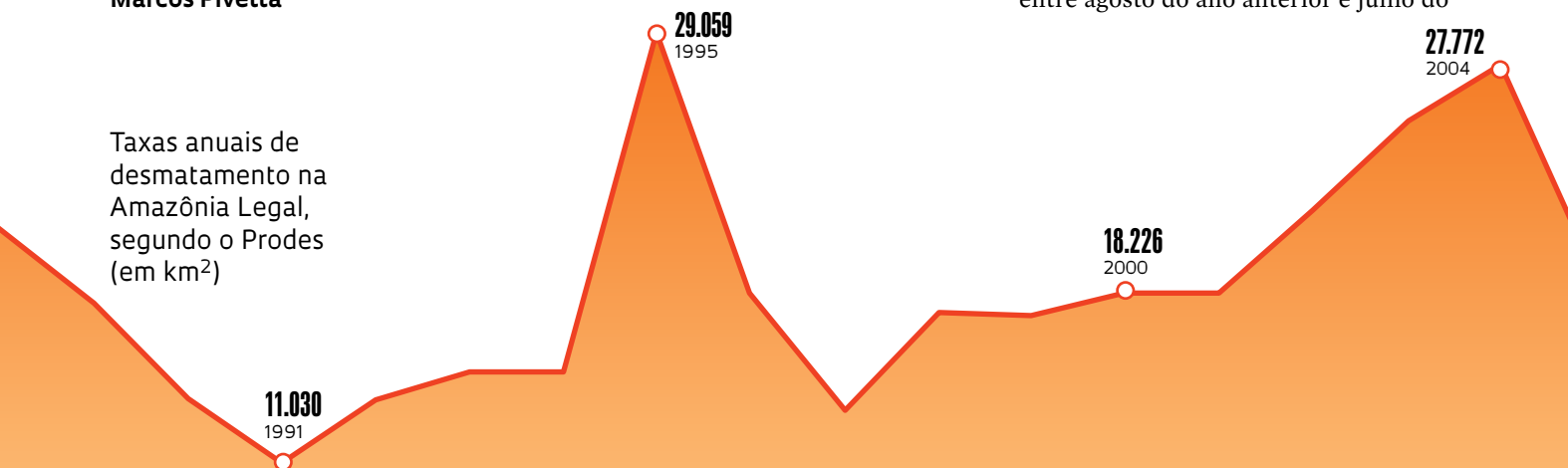


# A VOLTA DO DESMATAMENTO

Taxa oficial calculada pelo Inpe aponta 10.129 km<sup>2</sup> de área desflorestada na Amazônia Legal em 2019, maior valor desde 2008

Marcos Pivetta

Taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal, segundo o Prodes (em km<sup>2</sup>)



A taxa oficial consolidada do desmatamento da Amazônia Legal no ano passado foi de 10.129 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>), 34% maior do que a de 2018 (7.536 km<sup>2</sup>), segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O número definitivo, calculado para auxiliar o governo brasileiro a formular eventuais políticas públicas de meio ambiente, é ligeiramente maior do que a taxa preliminar de desmatamento divulgada pelo Inpe em dezembro passado, de 9.762 km<sup>2</sup>. “Essa pequena variação em relação à estimativa que havíamos divulgado está dentro do esperado”, diz o especialista em sensoriamento remoto Cláudio Almeida, coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e outros Biomas do Inpe. “Voltamos a passar a barreira psicológica dos 10 mil km<sup>2</sup> de desmatamento anual.”

Desde 2008, quando o Prodes contabilizou 12.911 km<sup>2</sup> de desflorestamento na região, a taxa não era tão elevada. O sistema começou a registrar o desmatamento na Amazônia Legal em 1988. O ano mais crítico da série histórica foi 1995, quando mais de 29 mil km<sup>2</sup> de floresta foram desmatados. O segundo pior ano foi 2004, com mais de 27 mil km<sup>2</sup> desflorestados. O chamado ano Prodes inclui dados obtidos entre agosto do ano anterior e julho do

ano em questão. Assim, a taxa de desmatamento de 2019 usa informações registradas entre agosto de 2018 e julho de 2019.

Mais de 40% do desmatamento total na Amazônia Legal do ano passado concentrou-se no Pará, onde a área de vegetação cortada aumentou 52% em relação ao ano anterior. Em 2019, foram suprimidos 4.172 km<sup>2</sup> de vegetação nesse estado, ante 2.744 km<sup>2</sup> em 2018. Depois do Pará, os estados que mais promoveram o corte de vegetação foram Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, que responderam, respectivamente, por 17%, 14% e 12% da área de vegetação suprimida em 2019. Juntos, os quatro estados representaram quase 85% da área desflorestada no ano passado. A taxa anual do Prodes é calculada a partir dos registros por satélite do chamado corte raso em áreas de pelo menos 6,25 hectares (0,0625 km<sup>2</sup>). O corte raso retira toda e qualquer vegetação existente sobre uma área.

O Inpe também divulgou outro cálculo que mostra o aumento do desflorestamento na Amazônia Legal. É o chamado incremento do desmatamento, igualmente baseado em dados do Prodes, mas abrangendo o corte de vegetação em áreas de qualquer tamanho, inclusive menores que 6,25 hectares. Essa abordagem indica que a área total desmatada em 2019 na Amazônia foi de 10.896 km<sup>2</sup>. Calculado desde 2008, o incremento tende a ser um pouco maior do que a taxa oficial de desmatamento. Mas os dois

números contam a mesma história em linhas gerais. No entanto, o incremento permite monitorar a evolução do corte da vegetação em municípios, unidades de conservação e terras indígenas, filtros que não podem ser adotados no cálculo da taxa anual. “Sabemos exatamente a localização espacial de cada área desmatada”, comenta Almeida.

Tanto nas unidades de conservação como nas terras indígenas, o incremento do desmatamento foi recorde em 2019. Nas unidades, foram cortados 1.110 km<sup>2</sup> de vegetação no ano passado, 45% a mais do que em 2019 (767 km<sup>2</sup>). Criada em 2006 pelo governo do Pará, a Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu perdeu 436 km<sup>2</sup> de matas e, sozinha, representou 40% do desflorestamento total em unidades de conservação no ano passado. Nas terras indígenas, o desflorestamento atingiu 497 km<sup>2</sup>, quase o dobro dos 260 km<sup>2</sup> de vegetação cortada em 2018 nesse tipo de propriedade. Em 2019, cerca de um quarto dos desflorestamentos em terras indígenas se concentrou na reserva dos Ituna-Itatá, no Pará, nas cercanias da Usina de Belo Monte. Foram desmatados 120 km<sup>2</sup>, pouco menos de 10% da área total da reserva indígena. A segunda terra indígena mais desmatada, com 85 km<sup>2</sup> de vegetação suprimida em 2019, foi a dos Apyterewa, também no Pará.

O preocupante é que os dados dos primeiros cinco meses de 2020 continuam mostrando incremento do desmatamento

na Amazônia Legal. Segundo informações do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), outro programa de monitoramento do Inpe, foram desmatados na região de janeiro a maio deste ano 2.034 km<sup>2</sup>, 34% a mais do que no mesmo período em 2019. “Infelizmente, o desmatamento está fora de controle. O aumento neste ano é muito preocupante porque está ocorrendo antes do término da estação da chuva na Amazônia”, comenta o físico Ricardo Galvão, da Universidade de São Paulo, que foi diretor do Inpe entre 2016 e agosto do ano passado. O grosso do desflorestamento na região normalmente ocorre na época menos úmida, entre fins de maio e outubro. Galvão foi exonerado do cargo no Inpe depois de defender a lisura e a veracidade dos dados de desmatamento produzidos pelo instituto, que haviam sido questionados, sem razão, pelo presidente da República e ministros de estado (ver entrevista com o físico na página 64).

Os sistemas Prodes e Deter não são os únicos a apontar o recrudescimento recente do corte de vegetação na Amazônia. Monitoramentos feitos por entidades da sociedade civil, como o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), e o MapBiomias Alerta, da organização não governamental MapBiomias, também indicam uma alta do desmatamento na maior floresta tropical do planeta. ■

